

PARECER JURÍDICO Nº 296/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS. DEMANDA CONTÍNUA E ESSENCIAL. ADEQUAÇÃO À LEI Nº 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS. VIABILIDADE JURÍDICA DO PROSSEGUIMENTO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 323/2026**, acerca da possibilidade de abertura do **Processo Licitatório nº 050/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 021/2026**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, destinado à futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de combustíveis, para atendimento das demandas das diversas Secretarias do Município de Cataguases/MG.

Constam dos autos para instrução do feito, solicitação formal do setor requisitante, documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, declaração de cumprimento das exigências legais, mapa de cotação de preços e minuta do edital.

Verifica-se, ainda, que o valor estimado da contratação é de **R\$ 4.038.865,20**, com base em parâmetros de mercado.

Registra-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza continuada e da possibilidade de contratações futuras e parceladas, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

É o relatório. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A presente manifestação jurídica insere-se no âmbito do controle prévio de legalidade da fase preparatória da licitação, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se à análise dos aspectos jurídico-formais constantes dos autos, sem adentrar no mérito administrativo, cuja apreciação compete à autoridade competente.

No caso em exame, observa-se que a contratação pretendida encontra respaldo na legislação vigente, sendo adequada a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, conforme previsão do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

A utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se igualmente pertinente, considerando a natureza contínua e variável da demanda, bem como a necessidade de fornecimento parcelado, o que se mostra compatível com o planejamento administrativo e com os princípios da eficiência e economicidade.

Observa-se que o procedimento encontra-se instruído com Estudo Técnico Preliminar, no qual se evidencia a necessidade da contratação, especialmente diante da essencialidade do fornecimento de combustíveis para manutenção das atividades administrativas e dos serviços públicos prestados pelo Município.

O Termo de Referência, por sua vez, apresenta a descrição adequada do objeto, quantitativos estimados, critérios de medição e demais elementos necessários à compreensão da contratação, incluindo a definição dos itens (gasolina, etanol e diesel), com respectivos valores estimados, totalizando R\$ 4.038.865,20.

Quanto à formação do valor estimado, observa-se que a pesquisa de preços foi realizada com base em parâmetros compatíveis com a realidade do mercado local, considerando as especificidades do objeto, notadamente a variação regional dos preços de combustíveis. Nesse contexto, a metodologia adotada encontra-se devidamente justificada nos autos, permitindo, sob o ponto de vista jurídico-formal, a regular continuidade do procedimento, cabendo à área técnica a validação da vantajosidade da contratação e a aferição da compatibilidade dos valores com o mercado.

No que se refere ao edital, verifica-se, em análise geral, que contempla os elementos essenciais exigidos pela Lei nº 14.133/2021, tais como definição do objeto, critérios de julgamento (menor preço por item), condições de participação, habilitação, regras de julgamento e execução contratual, bem como observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

Ressalta-se que as informações técnicas constantes dos autos, inclusive no que se refere à pesquisa de preços e à definição do objeto, são de responsabilidade dos setores competentes, presumindo-se verdadeiras e adequadas para fins da presente análise jurídica, não cabendo a esta Procuradoria a aferição de sua suficiência técnica.

No que se refere à dotação orçamentária, tratando-se de Sistema de Registro de Preços, sua indicação específica não se mostra necessária neste momento, devendo ser exigida quando da formalização de cada contratação decorrente da ata, mediante emissão do respectivo empenho, sem prejuízo da necessária observância da existência de disponibilidade orçamentária estimada, nos termos do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela possibilidade jurídica de abertura do Processo Licitatório nº 050/2026**, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, por se encontrar, em análise formal, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que as informações técnicas constantes dos autos são de responsabilidade dos setores competentes, presumindo-se verdadeiras e adequadas para fins da presente análise jurídica, não cabendo a esta Procuradoria a aferição de sua suficiência técnica.

Registra-se, ainda, que eventuais apontamentos possuem caráter meramente preventivo, voltados à mitigação de riscos na execução contratual e em eventual controle externo, não constituindo condicionantes ao prosseguimento do feito, tampouco implicando a necessidade de retorno dos autos para nova análise jurídica, ressalvada a superveniência de fatos novos relevantes.

Por fim, destaca-se que o presente parecer possui natureza opinativa, cabendo à autoridade competente a decisão quanto à conveniência e oportunidade da prática do ato administrativo.

É o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 24 (vinte e quatro) de abril de 2026.

PATRÍCIA DE S. R. NAVARRO DE MORAES
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 155.599